
AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DOS DOCENTES DA GRANDE GOIÂNIA SOBRE OS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

EVALUATION OF TEACHER'S KNOWLEDGE OF GRAND GOIÂNIA ABOUT ACCOUNTING PRONOUNCEMENTS

Jaqueline Kuhn

Graduada em Ciências Contábeis
Universidade Federal de Goiás (UFG)
Endereço: Campus II, FACE-Faculdade de
Administração, Ciências Contábeis e Econômicas,
Caixa Postal 131, 74001-970, Goiânia-GO.
Telefone: (62) 3521-1390
E-mail: jaqueline.kuhn@hotmail.com

Michele Rílany Rodrigues Machado

Doutoranda em Administração pela UNB
Universidade Federal de Goiás (UFG).
Endereço: Campus II, FACE-Faculdade de
Administração, Ciências Contábeis e Econômicas,
Caixa Postal 131, 74001-970, Goiânia-GO.
Telefone: (62) 3521-1390
E-mail: michelerilany@gmail.com

Recebido: 29/11/2013 2ª versão: 29/07/2014

Aprovado: 18/07/2014 Publicado: 30/08/2014

Lúcio de Souza Machado

Doutorando em Psicologia pela Pontifícia Universidade
Católica de Goiás
Universidade Federal de Goiás (UFG).
Endereço: Campus II, FACE-Faculdade de
Administração, Ciências Contábeis e Econômicas, Caixa
Postal 131, 74001-970, Goiânia-GO.
Telefone: (62) 3521-1390
E-mail: lucio@florestaauditores.com.br

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar quais variáveis impactam as médias de conhecimento dos docentes de Contabilidade da Grande Goiânia acerca das normas internacionais de Contabilidade. A amostra final foi composta por 93 professores de cursos de graduação em Ciências Contábeis. A pesquisa classifica-se como descritiva em relação aos objetivos, utilizou-se como estratégia de pesquisa o levantamento e como técnica de coleta de dados o questionário. Sobre os dados obtidos, aplicou-se uma análise quantitativa das notas atribuídas pelos professores sobre seu conhecimento a respeito dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a utilização de técnicas descritivas e testes paramétricos e não paramétricos.

Os resultados mostraram que as médias de conhecimento do sexo masculino são superiores às do feminino; bem como as médias dos professores que participaram de cursos sobre normas internacionais são superiores às das que não participaram. Quanto às demais variáveis (titulação, idade, experiência profissional, fluência em língua estrangeira, tempo de docência, matérias ministradas, IES em que o

professor ministra aulas), as médias de conhecimento relacionadas às amostras dessas variáveis são estatisticamente iguais.

Palavras-chave: Conhecimento em IFRS. Docentes de Contabilidade. Normas Internacionais de Contabilidade. Diferenças estatísticas.

ABSTRACT

This research has as objective to investigate what variables impact the knowledge means of the accounting teachers of the Grand Goiânia about the international accounting standards. The final sample was composed of 93 teachers of undergraduate courses in Accounting of the Grand Goiânia. The research is classified as descriptive with regard to the objective, was used the survey as search strategy and the questionnaire as data collection technique. On the data obtained, we applied a quantitative of the scores given by teachers about their knowledge with regard the pronouncements of Comitê de Pronunciamentos Contábeis, with the use of descriptive techniques and parametric and nonparametric tests. The results showed that the knowledge of the male gender are higher than of the female, as well as the means of the teachers that have participated in the courses about international standards are higher those that no participated. As for the other variables (highest degree, age, work experience, fluency in a foreign language, teaching time, subjects taught, IHS in which the teacher gives classes), the knowledge means related to samples of these variables are statistically equal.

Keywords: Knowledge of IFRS. Accounting Teachers. International Accounting Standards. Statistical Differences.

1. INTRODUÇÃO

A globalização envolve o estreitamento das barreiras entre os países e conseqüentemente a internacionalização e interligação dos mercados, de forma que a contabilidade e os profissionais contábeis são afetados por esses fatores. Há, então, a necessidade de desenvolver normas de Contabilidade que reduzam as diferenças das informações contábeis dos países, tendo em vista que eles possuem suas próprias normas.

Essa necessidade fez com que surgisse o processo de harmonização (convergência) das normas contábeis. Almeida, Fonteles e Oliveira (2011, p. 1) afirmaram que “a harmonização contábil significa a adoção de avançados padrões contábeis, de qualidade e de aceitação internacional convergindo-os às normas locais de contabilidade de cada nação.”.

O *International Accounting Standards Board* (IASB) é responsável pela emissão das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), normas internacionais de Contabilidade que estão cada vez mais sendo adotadas no mundo. No Brasil, as normas brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) são baseadas nas normas do IASB.

Com a convergência das normas de Contabilidade em ocorrência, os profissionais contábeis têm que se atualizar constantemente em relação às normas internacionais de Contabilidade (IFRS). Os futuros profissionais, que ainda estudam, têm o primeiro contato com essas normas por meio de seus professores, que devem possuir conhecimentos adequados para que o aprendizado dos alunos seja eficaz, como afirmaram Almeida, Fonteles e Oliveira (2011).

Vários estudos foram realizados no Brasil sobre conhecimento em Contabilidade internacional, sendo seus autores: Oliveira e Varella (2011), Bim, Nogueira e Reis (2010), Almeida, Fonteles e Oliveira (2011) e Fernandes *et al* (2011). Também foram feitas pesquisas em outros países, como na Indonésia, por

Hiramatsu, Mayangsari e Saito (2012), e nos Estados Unidos, por Dorman (2012).

Porém, o número de pesquisas feitas no Brasil sobre conhecimento das normas internacionais de Contabilidade ainda é pequeno, em virtude de a convergência total das companhias de capital aberto ter ocorrido recentemente (2010). A região Centro-Oeste é ainda mais carente de pesquisas na área. Logo, o problema desta pesquisa é: quais são as variáveis que impactam as médias de conhecimento dos docentes de Contabilidade da Grande Goiânia acerca das Normas Internacionais de Contabilidade?

O objetivo geral desta pesquisa é, então, investigar quais variáveis impactam o conhecimento dos docentes de Contabilidade da Grande Goiânia acerca das Normas Internacionais de Contabilidade. Esse conhecimento foi calculado de acordo as notas atribuídas pelos próprios professores para cada pronunciamento do CPC.

Foram testadas por meio de testes paramétricos de igualdade de média as seguintes variáveis: sexo, experiência profissional como contador, auditor ou outra atividade contábil em organizações, fluência em alguma língua estrangeira, participação em cursos sobre IFRS, tempo de magistério, disciplinas lecionadas, idade, maior titulação e tipo de IES em que o professor ministra aulas.

Esta pesquisa se justifica pelos poucos estudos sobre a atualização dos professores de Ciências Contábeis após a convergência total das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais, pela necessidade de aprofundamento nesse tema para permitir aos gestores de cursos e até mesmo de universidades e faculdades definirem políticas de capacitação de seu quadro docente, e expandir estudos para traçar o perfil de conhecimento dos professores acerca dos vários normativos vigentes, todos aderentes às normas do IASB, por região do Brasil.

A necessidade de ações transformadoras para capacitação de docentes quanto à nova contabilidade brasileira já foi apontada da em algumas pesquisas como a de Bim, Nogueira e Reis (2010), Oliveira e Varella (2011) e Almeida, Fonteles e Oliveira (2011). Em vista disso, estudos como o proposto são importantes para permitir a expansão de estudos sobre as Normas Internacionais de Contabilidade e o processo de ensino desses normativos aos alunos de graduação e, porque não, de pós-graduação.

Esta pesquisa está estruturada em seis diferentes seções. A primeira, apresentada acima, estabelece a problemática que guiará a execução da pesquisa. A segunda apresenta o referencial teórico. A terceira apresenta a metodologia empregada para resolução da problemática do estudo. A quarta se refere aos resultados obtidos; enquanto a quinta contempla a discussão dos resultados. Por fim, a última seção apresenta as conclusões.

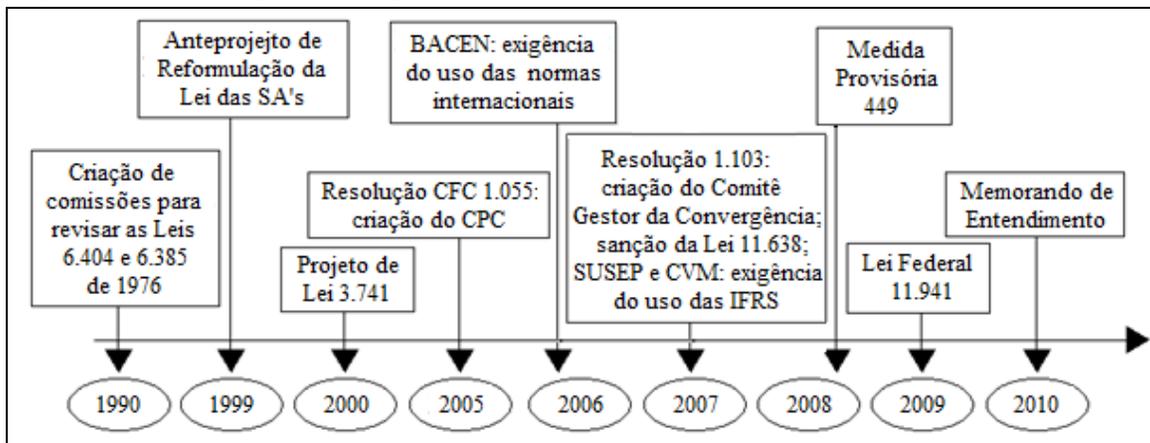
2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Processo de Convergência no Brasil

Entre os países que aderiram às Normas Internacionais de Contabilidade está o Brasil. Lourenço (2010) afirmou a adoção dessas normas modificou a regulação existente e exerceu influência na estrutura da contabilidade brasileira. Mais do que a normatização de padrões técnicos, essa mudança é voltada para estruturas, conceitos e princípios; o foco é a essência econômica sobre a forma.

A Figura nº 1 ilustra o processo de convergência das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

Figura 1: Linha do tempo da convergência no Brasil



Fonte: Elaborada pelos autores

Como pode ser observado, o processo iniciou-se em 1990, em que a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) criou três comissões que fariam a revisão das Leis nº 6.404/76 e 6.385/76 e proporiã alterações nelas, segundo Bim, Nogueira e Reis (2010). O trabalho das comissões terminou no ano seguinte, em que, na parte contábil, propuseram-se conceitos usados em mercados internacionais de países desenvolvidos. As propostas foram encaminhadas ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional para aprovação, mas as discussões acerca dos aspectos contábeis foram postergadas, só sendo aprovadas questões sobre relações societárias entre acionistas.

Em 1999, no mês de julho, foi entregue ao Ministro da Fazenda o Anteprojeto de Reformulação da Lei das Sociedades por Ações, que tratava de mudanças importantes relacionadas aos aspectos contábeis. Em 2000, esse anteprojeto foi transformado no Projeto de Lei nº 3.741/2000 (BIM, NOGUEIRA e REIS, 2010).

Segundo a Comissão de Valores Mobiliários – CVM (s.d.), o objetivo desse anteprojeto era:

Adequar a parte contábil da lei de forma a atender a necessidade de maior transparência e qualidade das informações contábeis, devido aos aspectos acima referidos; criar condições para harmonização da lei com as melhores práticas contábeis internacionais; buscar eliminar ou diminuir as dificuldades de interpretação e de aceitação das nossas informações contábeis, principalmente quando existem dois conjuntos de demonstrações contábeis, um para fins internos e outro para fins externos, com valores substancialmente diferentes; consequentemente, reduzir o custo (taxa de risco) provocado por essas dificuldades de interpretação e de aceitação; reduzir o custo de elaboração, de divulgação e da auditoria das nossas demonstrações contábeis.

Todavia, esse projeto ficou em discussão por anos no Congresso Nacional e não foram obtidas conclusões a respeito da modificação da legislação societária. Os órgãos reguladores tiveram, então, que iniciar o processo de convergência com os instrumentos que possuíam. (BIM, NOGUEIRA e REIS, 2010).

Assim, Bim, Nogueira e Reis (2010, p. 3), citaram a primeira ação dos órgãos reguladores, ocorrida em 2005, que foi a criação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) do CPC, por meio da Resolução CFC nº 1.055/05. O objetivo do CPC é o estudo, o preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos que se baseiam em procedimentos de Contabilidade Internacional para a emissão e normas, para que o processo seja uniformizado, tendo em vista a convergência do padrão contábil brasileiro aos padrões internacionais.

O BACEN (Banco Central do Brasil), pelo Comunicado nº 14.259/06, a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), pela Circular 357/07, e a CVM, pela Instrução nº 457/07, passaram a exigir das entidades sob sua alçada a convergência das normas com o padrão internacional, a partir de 31 de dezembro de 2010, de forma independente em relação à legislação complementar. (BIM, NOGUEIRA e REIS, 2010).

Em 2007, no mês de novembro, o CFC criou o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, por meio da Resolução nº 1.103/07, composto pelo BACEN, pelo IBRACON e pela CVM, além do CFC. O objetivo desse comitê era viabilizar as mudanças necessárias para a convergência. (BIM, NOGUEIRA e REIS, 2010).

Em dezembro de 2007, sancionou-se a Lei nº 11.638/07, possuindo alterações contábeis parciais, pois não incluiu as alterações propostas no anteprojeto original do ano de 2000. (REIS *et al*, 2010). Essas alterações do anteprojeto original (alterações conceituais) foram incluídas pela Medida Provisória 449/08, que foi posteriormente transformada na Lei Federal 11.941/09. (LIMA, 2011).

Bim, Nogueira e Reis (2010, p. 5), destacaram as principais alterações conceituais da Lei nº 11.638/07:

- a) Não influência da legislação tributária na escrituração mercantil;
- b) Inclusão, no conceito de ativo imobilizado, dos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;
- c) Obrigatoriedade de efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e ativo intangível (*impairment test*);
- d) Cálculo da depreciação, exaustão e amortização em função da vida útil econômica estimada do bem.

Em janeiro de 2010, o IASB, o CFC e o CPC assinaram o Memorando de Entendimento, que certifica que as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo CPC continuem se baseando nas normas do IASB. (LIMA, 2011).

2.2 Revisão da literatura

Bim, Nogueira e Reis (2010) tiveram como objetivo analisar, sob a perspectiva dos alunos e dos professores de Ciências Contábeis, os fatores que afetaram o processo de ensino-aprendizagem, no ambiente acadêmico, e que estavam presentes na prática profissional dos futuros contadores. Verificou-se que a maioria absoluta dos alunos tinha conhecimento quanto à existência do processo de convergência, mas eles acreditam que a mudança esta mais relacionada a questões formais do que a questões conceituais. Verificou-se, também, que os docentes apresentam resistência em colocar em prática as modificações conceituais necessárias para que se transponha a prática contábil nacional para a internacional.

No ano seguinte, Oliveira e Varella (2011) realizaram uma pesquisa com o objetivo de analisar os currículos dos cursos de contabilidade de instituições de ensino da região metropolitana de Londrina em relação às Normas Internacionais de Contabilidade e a identificar das ações promovidas por essas instituições para a capacitação dos docentes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis. Os resultados apontaram para uma baixa aderência das grades curriculares aos CPCs e às IFRS e, também, para a ausência de ações promovidas pelas instituições de ensino superior para a capacitação dos professores dos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

Concomitantemente, Almeida, Fonteles e Oliveira (2011) realizaram um trabalho em que o objetivo era descrever as medidas adotadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras acerca do ensino das novas práticas contábeis em decorrência da convergência internacional da contabilidade.

Observou-se que há um razoável nível de compatibilidade entre as propostas nacionais e internacionais nas disciplinas e nos conteúdos oferecidos pelos cursos de Contabilidade das IFES. Também foi observado que a qualificação docente é o principal obstáculo para o ensino das novas práticas e as IFES tiveram poucas ações que visassem o aperfeiçoamento do docente nessa área.

Outra pesquisa realizada no Brasil é a de Fernandes *et al* (2011), em que seu principal objetivo foi analisar a percepção dos docentes que lecionam nos cursos de graduação em Ciências Contábeis do Brasil em relação ao atual processo de convergência internacional. Quanto aos resultados referentes aos conhecimentos dos docentes, 64,2% se sentiam aptos a lecionar as mudanças trazidas com a adoção dos IFRS, contra 35,8% (63) que não se sentiam capacitados. Entre as mulheres, 51,1% acreditavam estar aptas ao ensino das IFRS, enquanto essa proporção é 64,2% para os homens.

Já em relação às instituições públicas e privadas, 55,6% dos professores de instituições públicas, e, 70,2% de particulares, acreditavam estar aptos a ensinar as IFRS. Finalmente, quanto à dedicação dos docentes, 53,8% (ou 43) que se dedicavam exclusivamente ao ensino se sentiam seguros quanto ao ensino da Contabilidade diante de tantas modificações, contra 72,9% dos professores que possuíam outra profissão. Apesar de a maior parte dos docentes ter acreditado estarem aptos ao ensino das IFRS, 72,7% dos professores não concordavam que as IES brasileiras estavam preparadas para as mudanças decorrentes da adoção das IFRS.

Outro trabalho de Fernandes *et al* (2011) teve como objetivo a análise da percepção de professores que lecionam nos cursos de graduação em Ciências Contábeis do Brasil em relação à função e atuação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Participaram da pesquisa 190 professores das cinco regiões brasileiras.

Em uma parte da pesquisa, os docentes fizeram uma auto-avaliação respondendo à seguinte pergunta: “Considerando uma escala de 0 (nenhum conhecimento) a 10 (conhecimento pleno), como você avalia seu conhecimento sobre o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), seus pronunciamentos técnicos e o processo de convergência internacional?”.

A maioria dos respondentes avaliou seu conhecimento sobre o CPC com uma nota entre 7 e 8,9, o que os autores convencionaram ser de bom conhecimento. Esse resultado, também, foi observado na análise regional.

A análise por titulação mostrou que ela não interferiu na nota atribuída pelo professor. A análise por idade confirmou os resultados gerais, exceto entre os professores com idade entre 40 e 50 anos, sendo que as diferenças observadas não foram grandes o suficiente para caracterizar diferença estatística no padrão de respostas apresentado.

Também foi verificado que o padrão de resposta observado foi igual entre homens e mulheres; docentes de instituição pública e privada, com dedicação exclusiva ou não. Finalmente, a análise por disciplina revelou divergência com os resultados gerais, no padrão de resposta dos professores da área de Finanças, sendo que 50% avaliaram seu conhecimento sobre o CPC com notas entre 5 e 6,9. Entretanto, a quantidade de respostas obtidas foi insuficiente para atestar estatisticamente qualquer diferença na percepção dos professores das diversas áreas analisadas.

Também foram feitos trabalhos sobre o tema em outros países, como na Indonésia, em que Hiramatsu, Mayangsari e Saito (2012) investigaram o efeito do ensino de Contabilidade na implementação das IFRS em escolas de graduação, pós-graduação e em programas profissionais, tanto públicos como privados. Quanto aos principais resultados, verificou-se que algumas universidades já mudaram seus currículos ou planos de ensino; enquanto que outras estão planejando se preparar para mudar seu plano de

ensino, de modo que o governo começaria a implementação das IFRS em 2012. Porém, verificou-se que algumas pensam que não é necessário mudar seus planos de ensino ou currículos, pois acreditam que IFRS é apenas um dentre distintos métodos que podem ser usados na prática.

De modo geral, verificaram-se problemas como:

- a) não há financiamento suficiente para os professores adquirirem e entenderem os livros de ensino das IFRS;
- b) é difícil o entendimento, tanto para alunos quanto para professores, das IFRS originais escritas em inglês e a tradução é demorada, problema que ocorre semelhantemente no Japão; e
- c) nível baixo de pesquisa por parte dos alunos.

Já em relação aos questionários, os principais resultados mostraram que:

- a) 40,5% dos respondentes esperavam ter conhecimento amplo das IFRS no nível da graduação;
- b) 10,4% dos professores não fizeram nada ou não têm planos para ensinar as IFRS;
- c) 10,3% dos professores disseram que eles não estavam cientes frente ao desenvolvimento do currículo, de materiais de ensino, e do treinamento de professores para o ensino das IFRS; e
- d) em uma das universidades, o plano é contratar um professor recém-formado em IFRS.

Nos EUA, Dorman (2012) teve como objetivo investigar se os professores da cidade de Rochester, nos EUA, estavam ou não preparados para ensinar as IFRS nos cursos de contabilidade, como eles estavam planejando se adaptar às mudanças e a absorção geral relacionada ao impacto das IFRS. A amostra final foi composta de professores pertencentes a dezesseis IES públicas e privadas.

De acordo com os principais resultados, 69,23% dos professores acreditavam que os docentes de todo o país, de forma geral, não estavam preparados para ensinar as IFRS. De forma específica, 57,69% dos docentes acreditavam que as IES situadas em Rochester, em que eles davam aulas, estavam preparadas para ensinar as IFRS. Logo, percebeu-se uma total falta de preparo em todo o País, apesar de os professores de Rochester terem uma percepção de que a sua instituição estava preparada para ensinar IFRS.

3. METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é classificada como descritiva, pois descreveu um fenômeno, que é o conhecimento dos docentes de cursos de graduação em Ciências Contábeis (modalidade presencial) da Grande Goiânia relativo às IFRS.

A população foi composta pelos professores de cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis das instituições de ensino superior (IES) da Grande Goiânia. Para entrar em contato com os docentes, primeiramente, realizou-se uma seleção dessas IES no site do e-MEC, verificando que as cidades da Grande Goiânia que possuem o curso de Ciências Contábeis na modalidade presencial são Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade. As instituições que possuem o referido curso totalizaram dezessete.

Após se verificar as IES da região metropolitana de Goiânia, procedeu-se à pesquisa do corpo docente nos respectivos sites. Somente duas (11,76%) possuíam a listagem dos professores: Pontifícia

Universidade Católica de Goiás – PUC GOIÁS e Universidade Federal de Goiás – UFG. Em relação às IES restantes, foram feitos contatos com os coordenadores através de e-mails ou pessoalmente, em que dez (58,82%) forneceram os nomes e e-mails dos professores e cinco (29,41%) não forneceram, como pode ser observado pela Tabela nº 1.

Tabela 1: Obtenção do corpo docente

Corpo docente obtido nos sites		
1	Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC GOIÁS	11,76%
2	Universidade Federal de Goiás - UFG	
Instituições respondentes		
3	Faculdade Araguaia - FARA	58,82%
4	Faculdade Brasileira de Educação e Cultura – FABEC BRASIL	
5	Faculdade Padrão – PADRÃO	
6	Faculdade Noroeste - FAN	
7	Faculdade Delta	
8	Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS	
9	Universidade Paulista – UNIP	
10	Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO	
11	Universidade Estadual de Goiás – UEG	
12	Instituto Aphoniano de Ensino Superior - IAESUP	
Instituições não respondentes		
13	Centro Universitário de Goiás – Uni- Anhanguera	29,41%
14	Faculdade Alves Faria – ALFA	
15	Faculdade Nossa Senhora Aparecida - FANAP	
16	Faculdade Alfredo Nasser - FAN	
17	Faculdade de Goiânia	

Fonte: Elaborada pelos autores

Dessa forma, não foi possível determinar a população em termos quantitativos em virtude de os professores de algumas IES não serem listados.

Quanto aos dados obtidos das quatorze IES, verificou-se que a quantidade total de professores estava acima do real (com duplicidade), pois alguns deles davam aulas em mais de uma instituição. O número sem duplicidade foi obtido por comparação dos corpos docentes das IES, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 2: Amostra sem duplicidade

	Com duplicidade	Sem duplicidade
Nº	95	85
%	100	89

Fonte: Elaborada pelos autores

Além dos 85 docentes, mais 8 fizeram parte da amostra, porque não informaram o nome da IES em que ministravam aulas e não estavam incluídos nos nomes fornecidos pelos coordenadores dos cursos de contabilidade. Dessa forma, 93 professores fizeram parte da amostra final.

A estratégia de pesquisa utilizada foi o levantamento, utilizando como técnica de coleta de dados o questionário. O questionário desta pesquisa foi estruturado em duas partes: Parte A e Parte B. A Parte A, elaborada com perguntas abertas e fechadas, foi destinada a coletar informações pessoais dos professores respondentes desse instrumento de coleta de dados. Essas informações compreendem: sexo, idade, tempo de magistério, maior titulação, IES em que o professor ministra aulas, matérias ensinadas, experiência profissional em organizações, fluência em língua estrangeira, formas de atualização em relação às IFRS e participação em cursos sobre IFRS.

A Parte B, elaborada para ser respondida de acordo com uma nota de 0 a 10 foi destinada a coletar informações sobre o conhecimento desses docentes em relação aos pronunciamentos do CPC. Ressalta-se que o questionário foi elaborado por intermédio de formulário eletrônico – *google docs* e foi aplicado nos meses de novembro e dezembro de 2012.

Segundo Martins e Theóphilo (2009), o questionário precisa passar por um pré-teste antes de ser usado definitivamente, de forma que se escolha de três a dez colaboradores, com a finalidade de aprimorar e aumentar a validade e a Confiabilidade do instrumento de pesquisa, de forma a atingir o objetivo almejado. Assim como recomendado, o questionário desta pesquisa passou pelo pré-teste realizado por três docentes de contabilidade internacional, sendo um deles *controller* de uma grande firma situada no Estado de Goiás.

De acordo com Lakatos e Marconi (2007, p. 203), “em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução”. Como aproximadamente 55 docentes responderam os questionários, a taxa de devolução correspondeu a 59%. Isso pode ser observado pela Tabela nº 3.

Tabela 3: Porcentagem de devolução

	Amostra final	Respondentes
Nº	93	55
%	100	59,14

Fonte: Elaborada pelos autores

Esta pesquisa envolveu a análise quantitativa, em que foram calculadas a média, a mediana, a moda e o desvio-padrão para as notas atribuídas pelos professores acerca dos CPCs e foram feitos testes paramétricos para testar a igualdade estatística de médias. Antes de testar a igualdade das médias entre as amostras foi necessário verificar se estas seguem ao pressuposto da normalidade, para então determinar qual o melhor teste a utilizar. Para verificar se amostra segue uma distribuição normal foi aplicado o teste de Kmolgorov-Smirnov.

Dessa forma, já delimitado quais variáveis seguem distribuições normais e quais não seguem, realizou-se o teste *t* e o Teste ANOVA (análise de variância) para igualdade de médias e para as amostras que seguem ao pressuposto da normalidade foram aplicados às versões não paramétricas destes testes, teste de *Mann-Whitney* e teste de *Kruskal-Wallis*. As informações pessoais, que constaram da parte A do questionário, foram utilizadas nesses testes.

A diferença entre o Teste *t* e o Teste ANOVA para igualdade de médias, bem como para suas versões não paramétricas reside em que para o teste *t* e *Mann-Whitney* a amostra é subdividida em dois grupos independentes, enquanto que para o teste ANOVA e *Kruskal-Wallis* a amostra é subdividida em mais de dois grupos independentes.

Como resultados do teste de normalidade, obtido por meio da aplicação do teste de *Kmolgorov-Smirnov*, segundo dados da Tabela nº 4, pode-se observar que apenas as variáveis como idade do docente, experiência em docência e média de conhecimento seguem uma distribuição normal, dado o p-valor encontrado ser superior a 0,05, portanto, para essas variáveis a hipótese de que a amostra segue uma distribuição normal não pode ser rejeitada.

Assim para essas variáveis serão utilizados os testes paramétricos *t* e ANOVA, enquanto para as demais serão aplicados os testes de *Mann-Whitney* e *Krusk-Wallis*, cada um aplicado segundo a sua pertinência.

Tabela 4: Teste de normalidade

Variáveis	N	<i>Kolmogorov-Smirnov Z</i>	Asymp. Sig. (2-tailed)
Idade	55	,815	,520
Gênero	55	3,507	,000
Experiência em docência	55	,960	,315
Maior titulação	55	2,364	,000
Tipo de IES	55	2,418	,000
Disciplinas lecionadas	55	2,857	,000
Experiência profissional	55	3,806	,000
Fluência em língua estrangeira	55	3,174	,000
Participação em cursos sobre IFRS	55	2,828	,000
Carga horária do curso de IFRS	32	2,111	,000
Média de conhecimento	55	,914	,373

Fonte: Elaborada pelos autores

Dessa forma, por meio do Teste *t* e sua versão não paramétrica, *Mann-Whitney* foram testados se as médias amostrais da variável conhecimento em IFRS dos professores eram estatisticamente iguais para as amostras independentes:

- a) Sexo feminino e sexo masculino;
- b) Professores que possuíam e que não possuíam experiência profissional como contador, auditor ou outra atividade contábil em organizações;
- c) Para os docentes que possuíam e que não possuíam fluência em alguma língua estrangeira;
- e
- d) Para os respondentes que participaram e que não participaram de algum curso sobre IFRS.

Finalmente, por meio do Teste ANOVA e sua versão não paramétrica, teste de *Kruskal-Wallis*, foi verificado se as médias amostrais da variável conhecimento em IFRS dos professores eram estatisticamente iguais para as amostras:

- a) Os tempos de magistério de cada professor;
- b) As disciplinas lecionadas;
- c) As idades dos docentes;

- d) A maior titulação; e
- e) Os tipos de IES em que os professores ministram aulas.

4. RESULTADOS

A Tabela nº 5 apresenta as medidas da estatística descritiva relacionadas aos pronunciamentos do CPC utilizados nesta pesquisa.

Tabela 5: Medidas descritivas para todos os pronunciamentos

Medidas descritivas	Valores
Média aritmética	5,46
Mediana	6,00
Moda	8,00
Desvio-padrão	0,29

Fonte: Elaborada pelos autores

A média aritmética de conhecimento relativo às normas internacionais de contabilidade dos cinquenta e cinco professores pesquisados é igual a 5,46. A metade da amostra se avaliou com nota igual ou inferior a 6,00 e a nota mais atribuída foi 8,00.

A Tabela nº 6 mostra as médias e seus respectivos desvios-padrão das variáveis sexo, experiência profissional, fluência em língua estrangeira e participação em cursos sobre IFRS.

Tabela 6: Média e desvio-padrão de acordo com as amostras

		N	Média	Desvio-padrão	Erro padrão da média
Sexo	Feminino	13	3,94	2,11	0,58
	Masculino	42	5,93	1,85	0,28
Experiência profissional	Não possui	8	4,36	2,31	0,82
	Possui	47	5,64	2	0,29
Fluência em língua estrangeira	Não possui	37	5,58	1,89	0,31
	Possui	18	5,21	2,45	0,58
Participação em cursos sobre IFRS	Não participou	23	4,54	2,38	0,5
	Participou	32	6,12	1,55	0,27

Fonte: Elaborada pelos autores

Quanto à variável sexo, a média de conhecimento em IFRS para o sexo feminino é 3,94 e para o masculino é 5,93.

A Tabela nº 7 mostra os resultados da aplicação do Teste de *Mann-Whitney*, para verificar a igualdade da média de conhecimento entre homens e mulheres. Assim, pode-se observar que sendo o p-valor < 0,05, as médias de conhecimento em IFRS são estatisticamente diferentes para as mulheres e para os homens.

Tabela 7: Média de conhecimento em IFRS *versus* sexo

	Média de conhecimento
<i>Mann-Whitney U</i>	118,000
Sig. (2-caldau)	,002

Fonte: Elaborada pelos autores

Dessa forma, como o sexo foi uma variável de diferenciação da média de conhecimento entre homens e mulheres, os homens têm conhecimento maior do que as mulheres, como demonstrado na Tabela nº 6. Tal fato ocorreu apesar da maior inserção das mulheres na profissão contábil, como afirmaram Bim, Nogueira e Reis (2010).

Já em relação à experiência profissional, a média de conhecimento em IFRS é de 4,36, para os docentes sem experiência como contador, auditor ou outra atividade contábil em organizações, e de 5,64 para os que a possuem.

A Tabela nº 8 mostra os resultados da aplicação do Teste de LEVENE e do Teste *T*, para verificar a igualdade da média de conhecimento entre professores com e sem experiência profissional.¹ Pelos resultados do teste paramétrico aplicado, que podem ser vistos na Tabela nº 8, é assumida a igualdade de variâncias das duas amostras, dado que Sig. > 0,05. Sendo o p-valor > 0,05, as médias de conhecimento em relação às normas internacionais de contabilidade dos professores com e dos sem experiência são estatisticamente iguais.

Tabela 8: Média de conhecimento em IFRS *versus* experiência profissional

		Teste de LEVENE para igualdade de variâncias						
		F	Sig.					
Média de conhecimento	Igualdade de variâncias assumida	0,087	0,769					
	Igualdade de variâncias não assumida							
		Teste <i>t</i> para igualdade de médias						
		<i>t</i>	Graus de liberdade	Sig. bicaudal (p-valor)	Diferença de média	Diferença de desvio-padrão	95% de intervalo de confiança da diferença	
Inferior	Superior							
Média de conhecimento	Igualdade de variâncias assumida	-1,648	53,000	0,105	-1,286	0,780	-2,851	0,279
	Igualdade de variâncias não assumida	-1,482	8,865	0,173	-1,286	0,868	-3,254	0,682

Fonte: Elaborada pelos autores

Logo, a experiência profissional dos docentes de contabilidade em empresas não é uma variável que diferenciou o conhecimento relacionado às IFRS, ou seja, as médias de conhecimento 4,36 e 5,64 são consideradas iguais, independentemente à experiência.

Quanto à fluência em língua estrangeira, a média de conhecimento para os respondentes que não a possuem é de 5,58 e para os que possuem essa medida é de 5,21.

Segundo dados da Tabela nº 9, com a Sig. Bicaudal $> 0,05$, verifica-se que a média de conhecimento para os professores que possuem fluência em língua estrangeira é estatisticamente igual à média de conhecimento dos que não possuem.

Tabela 9: Média de conhecimento em IFRS *versus* fluência em língua estrangeira

	Média de conhecimento
<i>Mann-Whitney U</i>	312,000
Sig. (2-caldau)	,706

Fonte: Elaborada pelos autores

Portanto, infere-se que as médias 5,58 e 5,21 são iguais, sendo que o domínio de língua estrangeira não causou diferenciação na média de conhecimento dos professores sobre as IFRS.

No que tange à participação em cursos sobre IFRS, a média de conhecimento dos docentes que não participaram de cursos sobre IFRS é 4,54, enquanto que a média dos que participaram de algum curso é de 6,12.

Os resultados apresentados na tabela abaixo indicam que as médias de conhecimento dos respondentes que não participaram e dos que participaram de cursos que tratavam de normas internacionais de contabilidade são estatisticamente diferentes, dado o p-valor $< 0,05$.

Tabela 10: Média de conhecimento em IFRS *versus* participação em cursos

	Média de conhecimento
<i>Mann-Whitney U</i>	228,500
Sig. (2-Caldau)	,017

Fonte: Elaborada pelos autores

O fato de o professor ter participado de algum curso sobre normas internacionais de contabilidade diferenciou a média de conhecimento dele com a média do que não participou. Dessa forma, a média 6,12 dos participantes de cursos é maior que a dos não participantes, que é 4,54.

A Tabela nº 11 apresenta as médias de conhecimento dos docentes em IFRS segundo as disciplinas ministradas por eles. Assim, pode ser observado que os que ensinam matérias que envolvem mais de um grupo possuem a maior média (6,10), seguidos pelos que ensinam as matérias relacionadas às IFRS, com média de 5,55.

Tabela 11: Média e desvio-padrão de acordo com as matérias ministradas

Matérias ministradas	Média	N	Desvio-padrão
Matérias ligadas às IFRS	5,55	36	2,17
Matérias da área gerencial	5,41	12	1,87
Matérias da área pública	4,22	4	2,19
Mais de um grupo	6,10	3	1,85
Total	5,46	55	2,07

Fonte: Elaborada pelos autores

Os resultados do teste de igualdade de médias amostrais realizado através da metodologia ANOVA estão na Tabela nº 12. As médias de conhecimento dos professores que ensinam matérias ligadas às IFRS, à área gerencial, à área pública, assim como os que pertencentes a mais de um grupo, são estatisticamente iguais, pois o p-valor > 0,05.

Tabela 12: Média de conhecimento em IFRS versus disciplinas lecionadas

	Disciplinas lecionadas	N	Mean Rank
Média de conhecimento	Matérias ligadas às IFRS	36	28,96
	Matérias da área gerencial	12	27,17
	Matérias da área pública	4	18,50
	Mais de um grupo	3	32,50
	Total	55	
Qui-quadrado			1,805
Sig			,614

Fonte: Elaborada pelos autores

Dessa forma, a média de conhecimento de 5,55 dos docentes que ensinam matérias ligadas às IFRS é estatisticamente igual à média de 4,22 dos que ensinam disciplinas da área pública, em virtude de as matérias ministradas não serem variáveis que diferenciaram as médias estatisticamente.

Já em relação às médias de conhecimento de acordo com a maior titulação, elas estão demonstradas na Tabela nº 13. Dos 55 respondentes, apenas um possui a graduação e dois possuem doutorado.

Tabela 13: Média e desvio-padrão segundo a maior titulação

Maior titulação	Média	N	Desvio-padrão
Graduação	2,14	1	.
Especialização	5,54	28	2,15
Mestrado	5,45	24	2,04
Doutorado	5,94	2	0,44
Total	5,46	55	2,07

Fonte: Elaborada pelos autores

As médias de conhecimento dos docentes que possuem graduação, especialização, mestrado e doutorado são estatisticamente iguais, pois o p-valor > 0,05, como pode ser observado pelos resultados demonstrados na tabela abaixo.

Tabela 14: Média de conhecimento em IFRS *versus* maior titulação

	Maior titulação	N	Mean Rank
Média de conhecimento	Graduação	1	5,00
	Especialização	28	29,20
	Mestrado	24	27,58
	Doutorado	2	27,75
	Total	55	
Qui-quadrado		2,235	
Sig		,525	

Fonte: Elaborada pelos autores

Infere-se que o fato de o professor ser doutor ou graduado, não fez com que a média de conhecimento de um ou de outro fosse diferente. Logo, a média de conhecimento de 5,94 é estatisticamente igual a 2,14.

No que diz respeito ao tempo de docência, a Tabela nº 15 exibe a média e o desvio-padrão de acordo com os tempos de docência apresentados pelos professores.

Tabela 15: Média e desvio-padrão segundo o tempo de magistério

Tempo de docência (em meses)	Média	N	Desvio-padrão
3	7,63	1	.
5	7,83	1	.
6	2,14	1	.
12	7,24	4	0,12
24	5,30	3	2,52
28	5,34	1	.
30	4,77	1	.
36	5,35	4	2,55
42	2,00	1	.
48	4,67	3	1,44
60	4,67	4	1,39
72	6,35	3	2,15
84	6,26	1	.
96	5,86	1	.
108	6,22	3	2,01
120	4,49	4	1,31
132	6,40	5	0,86
144	5,84	5	2,40
180	4,83	4	3,22
228	6,43	1	.
240	,00	1	.
264	7,60	1	.
300	4,53	2	2,61
Total	5,46	55	2,07

Fonte: Elaborada pelos autores

Como o p-valor > 0,05, as médias de conhecimento dos professores demonstradas no quadro acima são estatisticamente iguais, como pode ser observado nos resultados apresentados na Tabela nº 16.

Tabela 16: Média de conhecimento em IFRS *versus* tempo de magistério

	Tempo de docência em meses	N	Mean Rank
Média de conhecimento	3	1	51,00
	5	1	52,00
	6	1	5,00
	12	4	43,13
	24	3	27,17
	28	1	21,00
	30	1	19,00
	36	4	26,38
	42	1	3,50
	48	3	18,83
	60	4	19,13
	72	3	36,17
	84	1	31,00
	96	1	27,50
	108	3	35,33
	120	4	17,88
	132	5	33,50
	144	5	30,70
	180	4	26,38
	228	1	34,00
240	1	1,00	
264	1	50,00	
300	2	20,00	
	Total	55	
Qui-quadrado		24,225	
Sig.		,336	

Fonte: Elaborada pelos autores

Diante do exposto, as médias de conhecimento relacionadas aos respectivos tempos de docência são estatisticamente iguais, ou seja, o tempo de magistério não diferenciou a média de conhecimento dos professores. Por exemplo, o professor com 300 meses de docência pode ter média de conhecimento igual ao professor com 3 meses.

Como pode ser observado na tabela abaixo, a média de conhecimento dos professores que ministram aulas em universidades públicas é 5,53 e dos que dão aulas em universidades privadas é de 5,57. Finalmente, os que ensinam nos dois tipos de universidades têm média de 4,63.

Tabela 17: Média e desvio-padrão segundo a IES

Instituição de ensino superior (IES)	Média	N	Desvio-padrão
Pública	5,53	16	1,79
Privada	5,57	33	2,07
Pública e privada	4,63	6	2,89
Total	5,46	55	2,07

Fonte: Elaborada pelos autores

Ao considerar que o p-valor > 0,05, as médias citadas são estatisticamente iguais, como pode ser observado pelos resultados do teste de igualdade de médias pelo teste de *Kruskal-Wallis*. Esses resultados estão na Tabela nº 18.

Tabela 18: Média de conhecimento em IFRS *versus* IES

	Instituição de Ensino Superior (IES) em que ministra aulas	N	Mean Rank
Média de conhecimento	Pública	16	27,13
	Privada	33	29,11
	Pública e privada	6	24,25
	Total	55	
Qui-quadrado			,534
Sig			,766

Fonte: Elaborada pelos autores

Infere-se que o professor que ministra aulas em uma universidade pública teve a média de conhecimento igual ao que dá aulas em uma particular ou ao que ministra aulas em uma pública e particular ao mesmo tempo. Portanto, as médias 5,53, 5,57 e 4,63 são estatisticamente iguais, sendo que as IES em que os professores dão aulas não são variáveis de diferenciação dessas medidas descritivas.

Finalmente, a tabela abaixo exhibe as médias de conhecimento dos professores relacionado IFRS de acordo com a idade.

Tabela 19: Média e desvio-padrão de acordo com a idade

Idade	Média	N	Desvio-padrão
24	7,83	1	.
25	4,30	2	3,05
27	7,03	1	.
28	7,31	1	.
30	4,23	4	2,17
31	5,56	4	2,30
32	5,41	3	2,42
33	5,46	1	.
34	6,29	3	1,54
37	6,24	2	1,56
38	8,54	1	.
39	7,43	1	.
40	6,44	2	0,39
41	5,80	5	1,52
42	2,40	1	.
43	6,04	4	0,46
44	4,13	2	0,34
45	5,87	3	3,37
46	7,31	1	.
47	7,00	1	.
49	6,26	2	0,89
51	5,63	1	.
52	3,10	2	3,90
53	2,33	2	3,29
54	7,60	1	.
59	6,37	1	.
60	3,43	2	0,77
62	2,69	1	.
Total	5,46	55	2,07

Fonte: Elaborada pelos autores

De acordo com os resultados do Teste ANOVA para igualdade da média, apresentados na Tabela nº 20, as médias apresentadas na tabela acima são estatisticamente iguais, pois o p-valor > 0,05.

Assim, a idade do docente é uma variável que não causou diferença na média de conhecimento dele relativa aos CPCs. Por exemplo, a média de 7,83 do respondente que possui 24 anos é estatisticamente igual à do que possui 62 anos, em que a média é de 2,69.

Tabela 20: Média de conhecimento em IFRS *versus* idade

	Soma dos quadrados	Graus de liberdade	Média quadrática	F	Sig. (p-valor)
Entre grupos (combinados)	113,445	27,000	4,202	0,957	0,545
Dentro dos grupos	118,552	27,000	4,391		
Total	231,997	54,000			

Fonte: Elaborada pelos autores

5. DISCUSSÃO

O média (nível) de conhecimento de 5,46 quanto aos CPCs é regular, ao se comparar com o trabalho de Fernandes *et al* (2011), em que os autores consideraram regular a nota entre 5 e 6,9. Diferentemente desta, a pesquisa de Fernandes *et al* (2011) usou como referência de avaliação a moda, ao verificar que a maioria dos professores se avaliaram com uma nota entre 7 e 8,9, o que foi considerado bom. Ao se verificar que a moda das notas atribuídas pelos docentes da Grande Goiânia é igual a 8,00 percebe-se uma semelhança com o trabalho de Fernandes *et al* (2011).

Ao considerar a maior titulação dos professores, o conhecimento dos professores sobre IFRS é igual, independentemente da maior titulação, à semelhança da pesquisa de Fernandes *et al* (2011). Isso corrobora o fato de a maior parte (56%) das IFES pesquisadas por Almeida, Fonteles e Oliveira (2011) não exigirem especificamente formação/titulação dos docentes.

Outro resultado encontrado é o de que os professores que ensinam matérias ligadas às IFRS, à área gerencial, à área pública, assim como os que pertencentes a mais de um grupo, têm conhecimento igual em relação às IFRS. Isso também foi verificado por Fernandes *et al* (2011). O mesmo ocorreu em relação ao tipo de IES em que o professor ministra aulas e à idade.

Inferiu-se, também, que os homens têm maior conhecimento em IFRS do que as mulheres, apesar da maior inserção das mulheres na profissão contábil, como afirmaram Bim, Nogueira e Reis (2010). Nesse ponto, os resultados apresentados por Fernandes *et al* (2011) foram diferentes: o padrão de resposta observado entre homens e mulheres foi igual.

Além disso, os respondentes que participaram de cursos sobre IFRS possuem maior conhecimento sobre as normas internacionais do que os que não participaram. Para essa variável, não foi possível realizar uma análise mais detalhada, em virtude da falta de referencial teórico que suporte essa análise.

Finalmente, os professores com experiência em empresas têm o mesmo conhecimento que os que não têm, os docentes que possuem fluência em língua estrangeira têm o mesmo conhecimento dos que não possuem e o tempo de docência não diferenciou a média de conhecimento entre os professores. Para essas variáveis, também não foi possível analisá-las de forma mais detalhada, em virtude da falta de referencial teórico que suporte essa análise.

6. CONCLUSÃO

O objetivo geral da pesquisa foi determinar quais variáveis impactam as médias de conhecimento dos docentes de contabilidade da Grande Goiânia. Com esse intuito, realizou-se o teste *t* e o Teste ANOVA (análise de variância) para igualdade de médias. Além disso, as versões não paramétricas desses testes, teste de *Mann-Whitney* e teste de *Kruskal-Wallis*, foram aplicadas para as amostras que não seguem o pressuposto de normalidade.

A média aritmética de conhecimento em relação a todos os pronunciamentos do CPC é 5,46. As variáveis que impactam essa média são gênero e participação em cursos sobre normas internacionais. Em outras palavras, mulheres e homens possuem diferentes médias de conhecimento, assim como quem participou e quem não participou de cursos sobre as IFRS.

As demais variáveis não influenciam a média de conhecimento dos professores, quais sejam: maior titulação, idade, tipo de IES em que ministra aulas, disciplinas lecionadas, experiência profissional, fluência em língua estrangeira e tempo de magistério. Dessa forma, as médias de conhecimento relacionadas às amostras dessas variáveis são iguais.

Esta pesquisa se justifica pela carência de estudos sobre a atualização dos professores de Ciências

Contábeis após a convergência total das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais, principalmente na região Centro-Oeste do Brasil.

Justifica-se, também, pela necessidade de se aprofundar nesse tema de forma a permitir que os gestores de cursos e até mesmo de universidades e faculdades definam políticas de capacitação de seu quadro docente. Além disso, permite a expansão de estudos para traçar o perfil de conhecimento dos professores acerca dos vários normativos vigentes, todos aderentes às normas do IASB, por região do Brasil.

Finalmente, como sugestão de pesquisas futuras, pode ser analisada a natureza da diferença do nível de conhecimento entre professores e professoras, o porquê da média de conhecimento regular em IFRS, as ações de capacitação de faculdades e universidades para melhorar seus níveis de ensino e a efetividade delas.

¹⁰O Teste de LEVENE é feito para verificar a igualdade de variâncias entre duas amostras. Caso $\text{Sig.} > 0,05$, as variâncias das duas amostras são iguais. Sendo assim, no Teste *T* deve ser observada a linha “Igualdade de variâncias assumida”. Observado o *p*-valor, se esse for $> 0,05$, as médias das duas amostras são consideradas estatisticamente iguais. O mesmo raciocínio é seguido caso as variâncias das duas amostras sejam diferentes.

7. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Romero; FONTELES, Islane Vidal; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Medidas adotadas pelas IFES brasileiras visando a qualificação docente e a adequação de conteúdos com a convergência internacional da contabilidade**. In: 8º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2011, São Paulo. Anais do 8º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo: USP, 2011.
- BIM, Elvis Antonio; NOGUEIRA, Daniel Ramos; REIS, Luciano Gomes dos. **Convergência às normas internacionais de contabilidade: uma análise sob a perspectiva docente e discente**. In: XXXIV ENANPAD, 2010, Rio de Janeiro. Anais do XXXIV ENANPAD, 2010.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Anteprojeto de Reformulação da Lei nº 6.404/76**. Disponível em: < <http://www.cvm.gov.br/port/atos/leis/anteprojeto.asp>>. Acesso em: 1º de maio de 2012.
- DORMAN, Amy. *IFRS at Rochester-Area institutions: are professors prepared to teach? Presented in Partial Fulfillment of the Requirements for graduation in the College Honors Program*. Brockport: 2012.
- E-MEC. **Sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil**. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 3 de junho de 2012.
- FERNANDES, Bruno Vinícius Ramos *et al.* **Análise da percepção dos docentes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis do Brasil quanto ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas no Brasil**. Revista de Contabilidade e Controladoria, Curitiba, v. 3, nº 3, p. 24-50, set./dez., 2011.
- _____. **Percepção de docentes de cursos de graduação em Ciências Contábeis sobre a função e atuação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis**. Revista Universo Contábil, Blumenau, v. 7, nº 4, p. 60-81, out./dez., 2011.
- HIRAMATSU, Kazuo; MAYANGSARI, Sekar; SAITO, Masako. **Accounting Education for the Implementation of IFRS in Indonesia**. *International review of business*, 12, p.1 – 21, março de

2012. Disponível em: <<http://kgur.kwansei.ac.jp/dspace/bitstream/10236/8910/1/12-1.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, Vinícius Simmer. **Incentivos no nível da firma e consequências econômicas da convergência ao IFRS no Brasil**. Dissertação de mestrado em Ciências Contábeis apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2011.

LOURENÇO, Rosenery Loureiro. **Difusão da convergência brasileira às normas internacionais de contabilidade na comunicação eletrônica dos conselhos da classe contábil. Dissertação de Mestrado do Programa de Mestrado em Contabilidade – Área de Concentração Contabilidade e Finanças**, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Cosmo Rogério de; VARELLA, Patrícia Siqueira. **Normas Internacionais de contabilidade, currículo universitário e capacitação docente: um estudo em instituições de ensino da região metropolitana de Londrina/PR**. Revista do CRC PR, Curitiba, ano 36, n° 160, p. 5, 3° quadrimestre de 2011.